

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025



CECOMERCIO
CENTRO DO COMÉRCIO DO
ESTADO DE SÃO PAULO



ABRAM SZAJMAN

Presidente

IVO DALL'ACQUA JÚNIOR

Presidente em exercício

REINALDO PEDRO CORRÊA

Diretor-tesoureiro

CELIO RICARDO DE SOUZA

Contador – CRC-SP 1SP 213202/O-2

Elaborado pela
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

SUMÁRIO

PARECER DO CONSELHO FISCAL	4
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
BALANÇOS PATRIMONIAIS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15

PARECER DO
CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal do **CECOMERCIO** – Centro do Comércio do Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 19 de março de 2026, examinaram o Balanço Patrimonial, encerrado em 31 de dezembro de 2025, com a Demonstração do Resultado do Período de 2025. Em face desse exame, das verificações realizadas mensalmente nos balancetes e baseados no parecer dos Auditores Independentes, são de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico-financeira da Entidade, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Conselheiros para aprovação, com a nossa recomendação.

SÃO PAULO, 19 DE MARÇO DE 2026.

ARLETTE CÂNGERO DE PAULA CAMPOS

Membro do Conselho Fiscal

MAURÍCIO DIAS DE ANDRADE FURTADO

Membro do Conselho Fiscal

MARCELO NOGUEIRA GURGEL DO AMARAL

Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO
DOS AUDITORES
INDEPENDENTES
SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores do
CECOMERCIO – Centro do Comércio do Estado de São Paulo.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do CECOMERCIO – Centro do Comércio do Estado de São Paulo (“Centro”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro do Comércio do Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Centro, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Centro é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Centro continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Centro ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Centro são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Centro.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Centro. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Centro a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Rogério Guimarães".

Rogério Guimarães
Contador - CRC1SP336932/O-3

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Fábio Debiaze Pino".

Fábio Debiaze Pino
Contador - CRC1SP251154/O-9

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO — EM REAIS (R\$)

ATIVO			
	NOTAS	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	23.125.103	20.377.136
CONTAS A RECEBER		22.241	24.095
		23.147.344	20.401.231
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
INTANGÍVEL		24.720	24.720
		24.720	24.720
TOTAL DO ATIVO		23.172.064	20.425.951

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	NOTAS	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE			
FORNECEDORES	5	5.048	21.791
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		-	174
		5.048	21.965
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PATRIMÔNIO SOCIAL	7	14.934.265	14.934.265
SUPERÁVIT ACUMULADO		8.232.751	5.469.721
		23.167.016	20.403.986
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.172.064	20.425.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO — EM REAIS (R\$)

	NOTAS	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8	266.051	345.142
DESPESAS OPERACIONAIS			
SERVIÇOS PRESTADOS		(20.450)	(39.217)
GERAIS E ADMINISTRATIVAS		(225)	(93.284)
VIAGENS E REPRESENTAÇÕES		(46.509)	(41.656)
PUBLICAÇÕES		-	(9.600)
		(67.184)	(183.757)
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		198.867	161.385
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	9	2.564.163	1.751.365
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		2.763.030	1.912.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO — EM REAIS (R\$)

	2025	2024
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2.763.030	1.912.750
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	—	—
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.763.030	1.912.750

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM REAIS (R\$)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	14.934.265	3.556.971	18.491.236
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	-	1.912.750	1.912.750
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	14.934.265	5.469.721	20.403.986
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		2.763.030	2.763.030
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	14.934.265	8.232.751	23.167.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO — EM REAIS (R\$)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2.763.030	1.912.750
AJUSTES PARA RECONCILIAR O SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS COM OS RECURSOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
AMORTIZAÇÃO	-	92.448
	2.763.030	2.005.198
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
CONTAS A RECEBER	1.854	7.423
FORNECEDORES	(16.743)	18.402
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	(174)	174
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.747.967	2.031.197
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
AQUISIÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO	-	(24.720)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	(24.720)
ACRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES	2.747.967	2.006.477
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.377.136	18.370.659
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.125.103	20.377.136
ACRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES	2.747.967	2.006.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
— EM REAIS (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro do Comércio do Estado de São Paulo – CECOMERCIO** (“Centro”) é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos, de duração indeterminada e ilimitado número de associados, que visa a defender os interesses dos segmentos de comércio e serviços em geral, além de amparar, orientar e auxiliar seus associados.

O **CECOMERCIO** colabora ativamente com o Poder Público na busca de soluções para os desafios enfrentados pelos setores de comércio e serviços no País. Além disso, promove a missão social desses segmentos, fortalece a organização sindical do comércio e incentiva o diálogo com outras entidades de classe, contribuindo para o desenvolvimento da economia nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem fins de lucros”.

As demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela administração do Centro em 10 de março de 2026.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultados.

2.3. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional do Centro é a moeda do principal ambiente econômico no qual o Centro opera. As principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R\$ (reais), desta forma considera-se como moeda funcional a moeda local – R\$ (reais). Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da administração do Centro no processo de aplicação de políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, a determinação da vida útil de bens e equipamentos, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para perdas esperadas, tributos e outros encargos similares. Baseados nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Centro revisa suas estimativas e premissas periodicamente em prazo não superior a um ano.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo descrito o contrário.

3.1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Centro se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, assim como fornecedores. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados, conforme descrevemos a seguir.

(I) INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal, quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se as Entidades gerenciam estes investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Entidade. Após reconhecimento inicial, custos de transação

atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Centro não possuía instrumentos financeiros derivativos e conseqüentemente também não adotou a prática de Hedge Accounting.

(II) ATIVOS FINANCEIROS

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

O Centro determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros do Centro incluem: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4), classificados ao valor justo por meio de resultado e contas a receber, classificados como empréstimos e recebíveis.

DESRECONHECIMENTO (BAIXA)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Centro transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo ou “repasse”; e (a) o Centro transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Centro não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando o Centro tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos a um ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Centro com o ativo. Nesse caso, o Centro também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Centro manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do Centro, dos dois o menor.

(III) PASSIVOS FINANCEIROS

Os principais passivos financeiros do Centro incluem fornecedores, que estão classificados como subsequentemente ao custo amortizado.

PASSIVOS FINANCEIROS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

DESRECONHECIMENTO (BAIXA)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

(IV) APRESENTAÇÃO LÍQUIDA

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. AJUSTE PARA VALOR PRESENTE

A administração analisa suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazos, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, considerando a relevância dos saldos e transações, para identificação e mensuração de possíveis ajustes para valor presente. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Centro não efetuou nenhum ajuste dessa natureza.

3.3. APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e despesas são registradas pelo princípio da competência dos exercícios.

3.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamentos de obrigações de curto prazo e não para fins de investimentos ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa, ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação do valor justo de mercado.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e as aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao preço da transação, deduzidas de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas pelo valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a empresa espera receber).

3.6. INTANGÍVEL

Avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de amortização acumulada. A amortização é reconhecida com base na estimativa de rentabilidade futura do ativo pelo método linear, a qual é revisada no final da data do balanço patrimonial e o efeito de qualquer mudança nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.7. AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS (*IMPAIRMENT*)

O Centro avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser

reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 2025 e 2024, o Centro não identificou eventos que indicassem a deterioração ou perda de valor recuperável sobre seus ativos financeiros e não financeiros.

3.8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias são montantes de tributos retidos de terceiros e devidos por conta de pagamentos a fornecedores, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Centro e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Centro tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação provavelmente ocorrerá nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

As provisões são reconhecidas quando o Centro tem uma obrigação presente legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.11. NOVAS NORMAS, PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES

NORMAS NOVAS E ALTERAÇÕES EM VIGOR NO EXERCÍCIO CORRENTE

- **ALTERAÇÃO DA NBC TG 02 (R3) – EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS / IAS 21** Aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.

A administração do Centro avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem afetar sobre as suas demonstrações financeiras.

NORMAS NOVAS E ALTERAÇÕES EM VIGOR NO EXERCÍCIO CORRENTE

Adicionalmente, o International Accounting Standards Board (IASB) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entram em vigência no início ou após 1º de janeiro de 2026, com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo:

- **ALTERAÇÃO DA NBC TG 48 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS (IFRS 9) E NBC TG 40 (R3) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS: EVIDENCIAÇÃO / IFRS 7** Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2026.
- **IFRS 18 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** Estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.
- **IFRS 19 – SUBSIDIÁRIAS SEM RESPONSABILIDADE PÚBLICA: DIVULGAÇÕES** Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Administração do Centro está avaliando as consequências práticas que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida em que os normativos são regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
CAIXA	1.931	61
BANCOS CONTA MOVIMENTO	566	519
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	23.122.606	20.376.556
	23.125.103	20.377.136

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Bancário (CDB), e têm liquidez imediata. A receita gerada por esses investimentos é registrada como receita financeira.

5. FORNECEDORES

	2025	2024
FORNECEDORES NACIONAIS	5.048	21.791
	5.048	21.791

6. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O Centro não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhista ou tributária, conseqüentemente, não existe provisão para cobrir eventuais riscos.

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Patrimônio Social era de R\$ 14.934.265 (quatorze milhões, novecentos e trinta e quatro mil e duzentos e sessenta e cinco reais).

8. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas de prestação de serviços referem-se ao repasse das comissões pela Qualicorp Saúde referente às vendas de planos de saúde. Em 31 de dezembro de 2025, o total de receitas foi de R\$ 266.051 (R\$ 345.142 em 31 de dezembro de 2024).

9. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2025	2024
RECEITAS FINANCEIRAS		
RENDIMENTOS SOBRE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.565.255	1.752.267
	2.565.255	1.752.267
DESPESAS FINANCEIRAS		
TARIFAS BANCÁRIAS	(1.092)	(902)
	(1.092)	(902)
	2.564.163	1.751.365

10. GESTÃO DE RISCOS

O Centro é exposto, por meio de suas operações, aos seguintes riscos financeiros:

- **RISCO DE LIQUIDEZ** Como todos os outros negócios, o Centro está exposto a riscos decorrentes da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos do Centro para gerenciar esses riscos e os métodos usados para medi-los. Mais informações quantitativas sobre esses riscos são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras.

OBJETIVOS GERAIS, POLÍTICAS E PROCESSOS

A Administração tem responsabilidade geral pela determinação dos objetivos e políticas de gerenciamento de riscos do Centro e mantém a responsabilidade final por eles. Ela delegou a autoridade para projetar e operar processos que assegurem a efetiva implementação dos objetivos e políticas para a função de finanças do Centro.

O objetivo geral da Administração é estabelecer políticas que busquem reduzir o risco, na medida do possível, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade do Centro. Mais detalhes sobre essas políticas são apresentados a seguir.

A. RISCO DE LIQUIDEZ Risco de liquidez é o risco de que o Centro não possa cumprir suas obrigações financeiras à medida que elas venham a ser devidas. A política do Centro é assegurar que ela sempre terá dinheiro suficiente para permitir que ele cumpra suas obrigações quando se tornarem exigíveis, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscando danos à reputação do Centro. A chave para o sucesso na gestão de liquidez é o grau de certeza nas projeções de fluxo de caixa. Se os fluxos de caixa futuros forem bastante incertos, o risco de liquidez aumenta.

O Centro monitora o risco de escassez de recursos monitorando as datas de vencimento dos passivos financeiros existentes. Os passivos financeiros do Centro são compostos por obrigações com fornecedores.

11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração do Centro fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.



CECOMERCIO
CENTRO DO COMÉRCIO DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida Rebouças, 3377 / Pinheiros
05401-400 / São Paulo / SP / Brasil
www.cecomercio.com.br